



EDITAL Nº 03/2017

**XXX EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO FORENSE
REMUNERADO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO RIO
GRANDE DO SUL**

O DEFENSOR PÚBLICO-CHEFE DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, usando das atribuições que lhe conferem o art. 15 da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, na Lei nº 11.788, de 25.09.2008, nas Portarias (DPGU) nº 24 e 26, de 22 de janeiro de 2015 e na Portaria (DPGU) nº 25 de 23 de janeiro de 2015, torna pública a abertura das inscrições para o **XXX Exame de Admissão ao Estágio Forense da Defensoria Pública da União no Rio Grande do Sul**, mediante condições estabelecidas neste Edital.

1. JUSTIFICATIVA

A Defensoria Pública da União é Órgão Público Federal da Administração Direta, incumbido da missão constitucional de prestar assistência jurídica gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Sua existência decorre dos comandos constitucionais insculpidos nos arts. 5º, LXXIV e 134 da Constituição da República, e as normas gerais de sua instituição são as dispostas na Lei Complementar nº 80/94. Para a melhor execução de suas funções, a Defensoria Pública da União conta com quadro de estagiários acadêmicos do curso de Direito, contratados nos termos do art. 145 e parágrafos, da aludida Lei Complementar e da Portaria DPGU nº 24, de 22 de janeiro de 2015.

2. DAS VAGAS

2.1. O presente processo seletivo objetiva o preenchimento de 10 (dez) vagas e a formação de **Cadastro Reserva** do Quadro de Estagiário de Direito da DPU/RS, cujos candidatos serão chamados por ordem de classificação, e a critério da Administração para atuação na cidade de Porto Alegre/RS.

2.2. Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no item 2.1.

2.3. O presente edital terá validade de 06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período a critério da Defensoria Pública da União no Rio Grande do Sul.

2.4. À medida que forem surgindo vagas no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo, por término do contrato de estagiários já contratados ou aberturas de novas vagas, observada a conveniência da Administração, serão convocados os candidatos aprovados pela ordem de classificação.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Rua Comendador Manoel Pereira, 24 - Centro - Porto Alegre/RS
CEP 90030-010 – Fone (51) 32166946 Fax (51) 32166950
E-mail: dpu.adm.rs@dpu.gov.br – www.dpu.gov.br

3. DO PROGRAMA DE ESTÁGIO

3.1. A jornada de atividade em estágio será de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, no **turno da manhã** ou no **turno da tarde**;

3.2. A remuneração mensal dos Estagiários na Defensoria Pública da União compreende R\$ 800,00 (oitocentos reais) para jornada de 20 horas semanais, respeitando o turno acadêmico do estagiário.

3.3. É acrescido ao valor da bolsa o pagamento de auxílio-transporte no valor de R\$ 8,00 por dia efetivamente estagiado.

3.4. Nos termos do art. 12 e 13 da Lei nº 11.788/2008, é assegurado ao estagiário recesso remunerado (férias).

3.5. Será contratado pela entidade intermediadora do estágio seguro contra Acidentes Pessoais em favor dos estagiários.

3.6. A vigência do estágio será fixada no Termo de Compromisso de Estágio, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por três vezes, até o prazo de dois anos, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 145 da Lei Complementar nº 80/94.

3.7. A duração do estágio será de no máximo quatro semestres letivos, observado o período mínimo de um semestre.

3.8. São atribuições do estagiário de Direito na Defensoria Pública da União: elaborar minutas de petições e peças processuais nas áreas cível, criminal, criminal militar, previdenciária, tributária ou de direitos humanos e tutela coletiva, relativas aos trâmites em primeiro ou segundo grau de jurisdição, minutas de petições e peças em processos administrativos, minutas de cartas, ofícios e memorandos, sob a supervisão e acompanhamento do membro da instituição; promover a movimentação de autos judiciais e administrativos; prover a instrução de autos de processos administrativos de assistência jurídica e realizar atendimento ao público, nos períodos designados para tanto, sob a supervisão de Defensor Público Federal e a realização de pesquisa jurídica e de julgados.

3.9. O tempo de estágio será considerado serviço público relevante e como prática forense, conforme previsão do art. 145, § 3º, da Lei Complementar nº 80.

4. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO E CONTRATAÇÃO:

4.1. Para a inscrição no certame: ser estudante de Direito de estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido. Serão excluídos aqueles que, na data da assinatura do termo de

compromisso, **não estejam no mínimo no 5º (quinto) período letivo** e os que já estejam cursando **o último semestre do curso**.

4.2. Para a contratação:

- a) Ser aprovado no processo seletivo de que trata o presente Edital;
- b) Ser estudante de Direito de estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido;
- c) Estar em dia com as obrigações eleitorais e com as concernentes ao serviço militar;
- d) Demonstrar aptidão médica para a realização de estágio, mediante apresentação de atestado de saúde.
- e) Não realizar outro estágio além do exercido na Defensoria Pública da União.
- f) Apresentar declaração de que não é servidor titular de cargo ou função pública em qualquer esfera de governo;
- g) Existência de vagas, que serão preenchidas de acordo com a classificação.
- h) Concordar expressamente com a carga horária e o turno de estágio.
- i) Ter disponibilidade de realizar o estágio por um período mínimo de 6 (seis) meses.
- j) Não ter sido desligado, anteriormente, do programa de estágio da Defensoria Pública da União em Porto Alegre, por quaisquer dos motivos previstos na Portaria, nº 24, de 22 de janeiro de 2015, salvo se o desligamento foi a pedido do estagiário.
- k) Estar comprovadamente matriculado no mínimo no 5º (quinto) período letivo.

4.3 A aprovação nas provas não garante ao candidato a contratação se não forem preenchidos todos os requisitos previstos neste item do Edital.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. A inscrição é gratuita e poderá ser realizada nas datas prevista no cronograma deste edital

5.2. Os interessados deverão inscrever-se através do site www.cieers.org.br

5.3 A inscrição implicará conhecimento das normas regentes do presente certame e aceitação das regras e condições de sua realização.

6. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

6.1. É assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo às pessoas portadoras de deficiência que pretenderem fazer uso da prerrogativa que lhes é facultada no inciso VIII do art. 37 da CF e no art. 17, § 5º, da Lei 11.788/2008, desde que a deficiência seja compatível com as condições de trabalho exigidas pelo órgão e com as atribuições da função.

6.2. O candidato portador de deficiência que necessitar de tratamento especial para a realização das provas deverá solicitá-la no ato da inscrição, através do e-mail secretariauopoa@cieers.org.br claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.) através do preenchimento do ANEXO IV deste edital.

6.3. O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização da seleção deverá requerê-lo, através do e-mail secretariauopoa@cieers.org.br com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no momento de sua inscrição (Decreto nº 3.298/1999, art. 40, § 2º) através do preenchimento do ANEXO IV deste edital.

6.4. A solicitação de condições especiais será atendida pela Comissão de Avaliação, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

6.5. O candidato portador de deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à documentação exigida, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de prova, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.6. Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passível de correção como, por exemplo, miopia, astigmatismo etc.

6.7. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1. O processo seletivo consistirá na realização das provas objetiva (50 pontos) e discursiva (50 pontos).

7.2. A nota final do processo seletivo, para fins de eliminação, corresponderá à soma daquelas obtidas nas provas Objetivas e Discursiva, sendo eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60,0 (sessenta) pontos.

7.3. A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos nas provas.

7.4. Em caso de empate na classificação terá preferência o candidato de: a) maior idade, considerando-se dia, mês e ano; b) maior pontuação na prova objetiva;

7.5. O resultado da seleção será divulgado no site do CIEE-RS mediante a publicação de Editais específicos, devendo o Agente de Integração dar-lhes ampla publicidade, inclusive com a comunicação aos candidatos;

7.6. A data para divulgação do gabarito preliminar será dia 23/10/2017.

8. DAS PROVAS

8.1. A prova objetiva consistirá de um total de 20 (vinte) questões com 4 (quatro) itens para julgamento, agrupados por comandos que devem ser respeitados, dos quais apenas 1 (um) é correto;

8.2. A prova discursiva consistirá em uma dissertação versando um ou mais pontos do conteúdo programático e exigindo-se um mínimo de 15 (quinze) e o máximo 30 (trinta) linhas. Na aplicação da prova discursiva serão analisados o correto uso do vernáculo, a estrutura do texto, a capacidade de argumentação e a ortografia;

8.3. A aplicação das provas será no dia 22/10/2017 iniciando as 9h e com término as 12h. O candidato deve apresentar-se munido de caneta esferográfica azul ou preta e documento de identificação original com foto .

8.4. O local da prova será divulgado a partir do dia 18/10/2017 no site www.cieers.org.br

8.5. Não será admitido o ingresso no local de realização das provas após o horário fixado para seu início;

8.6. O candidato que não apresentar o documento de identificação original com foto não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do certame. Serão considerados documentos de identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional; passaporte; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto);

8.7. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos predeterminados em edital ou comunicado;

8.8. São vedadas qualquer comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de qualquer material de consulta;

8.9. Os candidatos deverão transcrever as respostas da prova objetiva para o cartão resposta, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento correto do cartão resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e no cartão resposta. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta, tais como marcação emendada ou rasurada;

8.10. A prova discursiva não poderá ser assinada ou rubricada, nem conter, em outro local que não seja o cabeçalho do cartão resposta, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de nulidade. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no destinado a

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Rua Comendador Manoel Pereira, 24 - Centro - Porto Alegre/RS
CEP 90030-010 – Fone (51) 32166946 Fax (51) 32166950
E-mail: dpu.adm.rs@dpu.gov.br – www.dpu.gov.br

transcrição do texto acarretará na anulação da prova discursiva e a consequente eliminação do candidato do certame. A identificação do candidato se dará exclusivamente mediante o número de inscrição;

8.11. Cada questão da prova objetiva valerá 2,5 (dois e meio) pontos, totalizando-se 50 (cinquenta) pontos;

8.12. A prova discursiva valerá 50 (cinquenta) pontos;

8.13. Serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos classificados até a 100ª posição na prova objetiva, respeitados os empates da última posição;

8.14. Será obstado o prosseguimento do certame do candidato que responder a Prova Discursiva em texto que fuja dos limites mínimos e máximos de linhas definidos no caderno de provas.

8.15. A nota final do processo seletivo, para fins de eliminação, corresponderá à soma daquelas obtidas nas provas Objetivas e Discursiva, sendo eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60,0 pontos;

8.16. A classificação final do processo seletivo se dará conforme as regras do item 7 (sete);

8.17. O candidato só poderá se retirar do recinto das provas após 1 (uma) hora do início das mesmas e poderá levar consigo o caderno de questões;

8.18. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências do local de aplicação de provas.

9. DOS RECURSOS

9.1. O prazo para interposição de recursos será de 01 (um) dia útil após a divulgação do resultado final da seleção.

9.2. Os recursos deverão ser encaminhados ao CIEE-RS, em Porto Alegre, contendo, além dos fundamentos, o nome do candidato, número de identidade e endereço para correspondência. Será admitida a interposição de recurso quando do preenchimento de formulário específico, disponível no www.cieers.org.br e enviá-lo para o e-mail secretariauopoa@cieers.org.br

9.3. O recurso interposto fora do prazo não será reconhecido, sendo considerada, para tanto, a data de entrada no protocolo CIEE-RS ou a data de recebimento do e-mail.

9.4. Se, por força de recurso apresentado, houver modificação da ordem classificatória será publicado no site www.cieers.org.br um novo resultado final, através de Edital específico e em caráter definitivo;

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Todos os editais, comunicados e demais informações relativas ao certame serão publicados no site do CIEE RS (www.cieers.org.br)

10.2. De acordo com a necessidade do serviço, os candidatos aprovados serão convocados, por telefone e e-mail, para a contratação e assinatura de Termo de Compromisso, obedecendo-se à ordem de classificação e a compatibilidade de turno;

10.3. Quando da convocação para assinatura do Termo de Compromisso, o candidato habilitado deverá comprovar o atendimento aos requisitos previstos no item 4.2 deste Edital;

10.4. O candidato convocado que não aceitar estagiar no município onde está aberta a vaga, será o próximo a ser chamado na abertura de uma vaga em outro município.

10.5. As convocações dos aprovados, de acordo com a existência de vagas, dar-se-ão por e-mail e telefone, através dos contatos constantes da ficha de inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizados seus dados junto ao CIEE-RS;

10.6. Serão desclassificados os candidatos que:

- I - não estejam instruídos nos termos dos itens anteriores;
- II – prestarem informações ou apresentarem documentos falsos;

10.8. Os aprovados que, na data da convocação, não tiverem interesse na vaga ofertada serão reclassificados para o final da lista de aprovação.

10.9. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail secretariapoa@cieers.org.br ou diretamente no CIEE na Av. Borges de Medeiros 328, 4º andar em horário comercial.

10.10. Os casos omissos ou outros que vierem a surgir serão resolvidos pela Comissão do Concurso.

Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

Regina Taube
Defensora Pública Federal - Chefe da 2ª
Categoria da DPU/ RS

Alexandre Vargas Aguiar
Defensor Público Federal - Chefe da 1ª
Categoria da DPU/ RS

Rafael Fiolic Alvarez
Defensor Público Federal Coordenador
Estágio da DPU/RS-

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Rua Comendador Manoel Pereira, 24 - Centro - Porto Alegre/RS
CEP 90030-010 – Fone (51) 32166946 Fax (51) 32166950
E-mail: dpu.adm.rs@dpu.gov.br – www.dpu.gov.br

ANEXO I DO EDITAL Nº 03/2017

PROGRAMA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito, objeto e classificações;
2. Poder Constituinte;
3. Supremacia da Constituição;
4. Aplicabilidade das normas constitucionais;
5. Interpretação das normas constitucionais. Natureza jurídica dos tratados Internacionais sobre Direitos Humanos;
6. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º e incisos da CRFB/88);
7. Controle de Constitucionalidade: sistema brasileiro;
8. Ações Constitucionais;
9. Da Administração Pública: princípios informadores (art. 37, CRFB/88);
10. Do Poder Judiciário. Poder Executivo. Poder Legislativo;
11. Das funções essenciais à justiça.
 - 11.1. Da Defensoria Pública (art. 134 2º, 3º, 3º-a, art 5º, art. 19 a 23, art. 43, 44);
12. Da Seguridade Social na Constituição da República;
13. Da saúde (arts. 196 a 200 da CRFB/88);
14. Súmulas do STJ e do STF;

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação.
 - 1.1. Anulação e revogação.

2. Prescrição e decadência;
3. Bens públicos: classificação, administração e utilização;
4. Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades;
5. Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar;
6. O poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade;
7. Princípios básicos da administração pública;
8. Responsabilidades civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano;
9. Organização administrativa: noções gerais;
 - 9.1 Administrações direta e indireta, centralizada e descentralizada.
10. Controle da Administração Pública: Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Habeas Data;
11. Súmulas do STJ e do STF.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço.
2. Princípios constitucionais do processo.
3. Jurisdição: conceito, características, finalidade, princípios e espécies.
4. Competência.
 - 4.1. Competência absoluta e relativa.
 - 4.2. Competência dos Juízes Federais (art.109, da CRFB/88).
 - 4.3. Competência dos Juizados Especiais Federais (Lei 10259101, art. 30).
5. Organização judiciária.
6. Conexão e continência.
7. Ação: conceito, elementos, condições para o exercício regular, classificação.
 - 7.1. Legitimidade ordinária e extraordinária.

- 7.2. A substituição processual.
- 8. Processo: conceito, natureza jurídica, classificação.
- 9. Processo e Procedimento: formação, suspensão e extinção do processo.
- 10. Atos processuais: conceito, classificação e forma.
- 11. Comunicação dos atos processuais: citação e intimação.
- 12. Prazos processuais: conceito, classificação, princípios, contagem; preclusão.
- 13. Partes: capacidade de ser parte, estar em juízo e postulatória.
- 14. Litisconsórcio.
- 15. Procedimento comum ordinário, procedimento sumário e Juizados Especiais (Lei nº10259/01 e 9099/95).
- 16. Petição inicial: Requisitos. Indeferimento.
- 17. Pedido.
 - 17.1. Cumulação de Pedidos.
- 18. A resposta do réu. Modalidades.
- 19. Revelia e seus efeitos.
- 20. Duplo grau obrigatório e Fazenda Pública
- 21. Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material.
- 22. Recursos: natureza, conceito, classificação, efeitos, pressupostos, admissibilidade e mérito recursais, princípios, regras gerais;
- 23. Recursos em espécie (apelação, agravo, embargos de declaração, recurso extraordinário, recurso especial, recurso inominado no Juizado): natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, prazo, procedimento, pressupostos específicos, modos de interposição, peculiaridades específicas.
- 24. Súmulas impeditivas de recursos. Súmulas vinculantes.
- 25. Execução/cumprimento de sentença:
 - 25.1. A defesa na execução/cumprimento de sentença: exceção de pré-executividade e embargos: cabimento, efeitos e requisitos.

- 26. Antecipação dos Efeitos da Tutela (art. 273 e seguintes do CPC) e Medida Cautelar,
 - 26.1. Diferenças.
 - 26.2. Fungibilidade.
 - 26.3. Tutela específica (art. 461 e 461-a, CPC)
- 27 Ação monitória: conceito e defesa (art. 1102-a e seguintes CPC).
- 28 A Tutela Coletiva e a Defensoria Pública.
- 29 Súmulas do STJ e do STF

DIREITO CIVIL

- 1. Lei de introdução ao Código Civil.
- 2. Parte geral do Código Civil.
- 3. Parte especial: obrigações e contratos.
 - 3.1. Das modalidades das obrigações.
 - 3.2. Da transmissão das obrigações.
 - 3.3. Do adimplemento e extinção das obrigações.
 - 3.4. Do inadimplemento das obrigações.
 - 3.5. Dos contratos em geral.
 - 3.6. Pacta sunt sen./anda: absoluto ou relativo?
 - 3.7. Princípios gerais dos contratos
- 4. Responsabilidade civil do Estado e do particular
- 5. Do Direito do Consumidor.
 - 5.1. Cláusulas abusivas.
 - 5.2. Vício e fato do produto e serviço.
 - 5.3. Conceito de fornecedor e consumidor: teorias.
 - 5.4. Responsabilidade Civil na relação de consumo
- 6. Súmulas do STJ e do STF.

DIREITO PENAL:

1. Aplicação da lei penal.
2. Princípios da legalidade e anterioridade.
3. A lei penal no tempo no espaço.
4. O fato típico e os seus elementos.
5. Relação de causalidade
6. Culpabilidade.
7. Superveniência de causa independente.
8. Crime consumado, tentado e impossível.
9. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
10. Arrependimento posterior.
11. Crime doloso, culposo e preterdoloso.
12. Erro de tipo.
13. Erro de proibição.
14. Erro sobre a pessoa.
15. Coação irresistível e obediência hierárquica.
16. Causas excludentes de ilicitude.
17. Perdão judicial. Impontualidade penal.
18. Concurso de pessoas.
19. Concurso de crimes.
20. Das penas.
21. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional.
22. Da condenação e da reabilitação.
23. Das medidas de segurança.
24. Ação Penal Pública e Privada.
26. Extinção da punibilidade.
27. Transação penal e suspensão condicional do processo.
28. Das crimes contra o patrimônio (art. 155, 157, 168-a e 171, CP).
Posicionamentos do STF sobre o estelionato previdenciário.
29. Dos crimes contra a fé pública (art. 289, 297, 298, 304, CP),

- 30. Dos Crimes contra a Administração Pública (art_312)
- 31. Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei nº 11.343/06, arts. 33, 35, 40, 44, 55). Posicionamento do STF sobre o tema.
- 32. Súmulas do STJ e do STF

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1. Inquérito policial.
- 2. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição.
- 3. Da Prisão e da liberdade.
 - 3.1. Prisão preventiva.
 - 3.2. Requisitos
 - 3.3. Entendimento do STF sobre as prisões cautelares
 - 3.4. Relaxamento de Prisão e Liberdade Provisória: cabimento.
- 4. Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação.
- 5. Dos prazos: características, princípios e contagem.
- 6. Procedimento comum: Resposta à Acusação (art. 396-A do CPP).
 - 6.1. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95).
- 7. Das nulidades,
 - 7.1. Princípios.
 - 7.2. Teoria dos furtos da árvore envenenada.
- 8. Dos recursos de Apelação e do Recurso em Sentido Estrito: cabimento.
- 9. Da revisão criminal. Do Habeas Corpus.
- 10. Do processo e do julgamento dos crimes definidos na Lei nº 11.343/06. Do entendimento do STF sobre a constitucionalidade do art. 44, da Lei 11.343/06.
- 11. Súmulas do STJ e do STF. d:

ANEXO II DO EDITAL Nº 03/2017

CRONOGRAMA

Evento	Data
Publicação do Edital	25/09/2017
Inscrições	25/09/2017 a 15/10/2017
Homologação das Inscrições	16/10/2017
Prazo para interposição de recursos contra a homologação das Inscrições (*)	16/10/2017
Resultado dos Recursos	17/10/2017
Homologação Final das Inscrições	18/10/2017
Publicação dos locais e horários das provas	18/10/2017
Provas (previsão da data de realização)	22/10/2017
Divulgação do Gabarito Preliminar	23/10/2017
Prazo para interposição de recursos contra ao gabarito (*)	24/10/2017
Resultado dos Recursos	01/11/2017
Divulgação do Gabarito Oficial	01/11/2017
Publicação da Classificação Geral	16/11/2017
Prazo para interposição de recursos contra a classificação geral (*)	16/11/2017
Resultado dos Recursos	23/11/2017
Análise dos casos de empate (se houver)	24/11/2017
Classificação Final	24/11/2017
Homologação Final do certame	24/11/2017

(*) Não havendo recurso interposto passa-se ao item seguinte do cronograma.

ANEXO III - FORMULÁRIO DE RECURSO

Ao CIEE-RS

NOME DO CANDIDATO: _____
RG: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

<input type="checkbox"/>	1. CONTRA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
<input type="checkbox"/>	2. CONTRA QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA
<input type="checkbox"/>	3. CONTRA CLASSIFICAÇÃO GERAL

Justificativa do candidato – Razões do Recurso

Obs: Reproduzir a quantidade necessária - Preencher em letra de forma ou digitado; encaminhar ao CIEE-RS pelo e-mail secretariauopoa@cieers.org.br.

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

ANEXO IV

REQUERIMENTO – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Processo Seletivo Público para Estagiários N.º 001/2017

Nome do candidato: _____

RG: _____ Curso: _____

Vem **REQUERER** vaga especial como **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

() **NÃO NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

() **NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID. No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório PARECER justificando sua necessidade junto a esse requerimento.

(Datar e assinar)

Assinatura